

Doi: 10.17058/rzm.v13i2.19714

O DISCURSO POLÍTICO SOBRE O CORPO DA MULHER: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ENTREVISTA JORNALÍSTICA DE UM PARLAMENTAR

EL DISCURSO POLÍTICO SOBRE EL CUERPO DE LA MUJER: UN ANÁLISIS DISCURSIVO DE LA ENTREVISTA PERIODÍSTICA DE UN PARLAMENTARIO

THE POLITICAL DISCOURSE ON THE WOMAN'S BODY: A DISCURSIVE ANALYSIS OF A PARLIAMENTARY'S JOURNALISTIC INTERVIEW



Mônica Ferreira Cassana¹

Resumo: Com base na Análise de Discurso materialista, objetivamos analisar o discurso sobre o Projeto de Lei 1904/24, que equipara o procedimento de aborto ao crime de homicídio, além de impor outras mudanças. O corpus analisado é composto de uma entrevista concedida por um parlamentar ao programa jornalístico de televisão *Fantástico*. Ao longo de nosso gesto de interpretação, investigamos como o discurso do parlamentar engendra a manutenção de sentidos de violência sobre o corpo da mulher.

Palavras-chave: Discurso político. Entrevista jornalística. Corpo da mulher.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil.

Resumen: Basándonos en el Análisis del Discurso materialista, nuestro objetivo es analizar el discurso sobre el Proyecto de Ley 1904/24, que equipara el procedimiento de aborto con el delito de homicidio, además de imponer otros cambios. El corpus analizado está compuesto por una entrevista concedida por un parlamentario al programa periodístico de televisión Fantástico. A lo largo de nuestro gesto de interpretación, investigamos cómo el discurso del parlamentario engendra el mantenimiento de sentidos de violencia sobre el cuerpo de la mujer.

Palabras clave: Discurso político. Entrevista periodística. Cuerpo de la mujer.

Abstract: Based on the materialist Discourse Analysis, we aim to analyze the discourse on Bill 1904/24, which equates the procedure of abortion to the crime of homicide and imposes other changes. The corpus analyzed is composed of an interview given by a parliamentarian to the television news program Fantástico. Throughout our interpretive gesture, we investigate how the parliamentarian's discourse generates the perpetuation of meanings of violence against women's bodies.

Key-words: Political discourse. Journalistic interview. Woman's body.

Considerações iniciais

O modo como o corpo feminino é abordado pelo discurso político em condições de produção jornalísticas, especificamente a respeito do tema discutido no Projeto de Lei 1904/24 (doravante PL) é a questão norteadora deste artigo. Tendo em vista o intenso debate sobre o tema, o retrocesso em relação aos direitos e a contínua violência contra a mulher, chama-nos a atenção o modo como grandes veículos de comunicação trataram esse embate. Para isso, objetivamos demonstrar, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso materialista (doravante AD), fundamentada por Michel Pêcheux, uma entrevista com o autor do referido PL, de modo a compreender a forma como o corpo da mulher passa a ser o centro do jogo de forças efetuado pelo discurso político.

O referido projeto tem, em sua ementa, a seguinte proposta: “Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências” (PL 1904/24, p. 1). Em suma, o projeto, de autoria de deputado filiado à bancada conservadora, objetiva aplicar penas às mulheres que realizarem abortos, equiparando esse ato ao crime de homicídio².

Relacionando os retrocessos sociais em torno dos direitos adquiridos pelas mulheres, analisamos como os processos discursivos produzem saberes sobre o corpo da mulher. Nessa perspectiva, entendemos que o discurso político é forjado tendo em vista sua relação com outros sentidos, que se constituem em formações discursivas outras, como o discurso médico e o discurso jurídico.

A partir dessas indagações, pretendemos analisar discursivamente uma entrevista concedida em rede nacional, no domingo à noite, em um dos programas com maior audiência na televisão brasileira, o programa *Fantástico*, da rede globo de televisão. Fundado em 1973, o programa funciona como um “magazine”, ou seja, como um lugar em que diversos assuntos são discutidos, desde temas mais humorísticos até temas atuais, dentro do cenário político-social. Na edição de estreia, o programa foi apresentado como “uma colagem do

² Até o momento da publicação deste artigo, a legislação brasileira permite o aborto nos casos de riscos à saúde da gestante; em casos de gestação de fetos anencéfalos; e em casos de abuso sexual.

cotidiano”³, em que “as pequenas e grandes coisas da vida serão mostradas semanalmente”. Os diversos quadros dentro do programa, assim como seu alcance devido à relevância da rede no Brasil, acabam por pautar os acontecimentos no país, o que irá impactar também nas questões discursivas, como veremos nas análises apresentadas adiante.

A partir da análise desse discurso, desejamos entender e demonstrar como a mulher está sendo tratada pelo discurso político, especialmente em relação ao corpo. Não menos importante, investigaremos como o discurso jornalístico e suas condições de produção tensionam os sentidos de forma a repetir ou romper com o discurso político.

Por isso, a seguir, delimitaremos algumas noções que se entrelaçam na perspectiva da AD, as quais nos orientarão na trajetória que pretendemos seguir. Em um segundo momento, passaremos às análises das sequências discursivas, delineando nosso gesto de interpretação, a partir das regularidades encontradas no discurso.

O funcionamento do jornalístico e do político no discurso

O discurso político foi bastante explorado pelos pesquisadores da AD ao longo da história dessa “disciplina de entremeio” (ORLANDI, 2012, p.22). No texto “O estranho espelho da análise de discurso” (1981), que se encontra no prefácio do livro de Jean-Jacques Courtine⁴, Pêcheux diz que o discurso político constitui “um vestígio, uma rede de indícios para compreender concretamente como se chegou até aqui e, ao mesmo tempo, para reconstruir a memória histórica” (Pêcheux, 2009 [1981], p. 22).

Quando o autor diz que é necessário quebrar os espelhos, vemos a necessidade, já estabelecida em AD, de considerar a contradição e a heterogeneidade dos discursos como elementos fundamentais na constituição e formulação dos sentidos. Portanto, é preciso que consideremos o discurso político como um conjunto de dizeres outros, advindos de diferentes formações discursivas. E, ao considerarmos a configuração de nossa formação social, entendemos que os discursos políticos e outros discursos, tais como o jornalístico, já não possuem fronteiras contornadas e definidas. Conforme Mariani,

³ Conforme informações do site Memória Globo. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/fantastico/noticia/historia.ghhtml>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁴ O texto de Pêcheux, datado de 1981, encontra-se no prefácio da edição brasileira do livro *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, de Jean-Jacques Courtine (2009).

Sem dúvida, está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tomando-as eventos-notícias. (Mariani, 1996, p. 62).

Por outro lado, a análise do discurso jornalístico investiga como a AD é uma disciplina fundamentalmente articulada com os movimentos culturais, históricos e sociais. Esse imbricamento de discursos forma o tecido ideológico sobre o qual os movimentos da contemporaneidade constroem e costuram os discursos advindos de outras formações discursivas, naturalizando-os e impondo-os como discursos dominantes.

Nesse sentido, o discurso jornalístico – ao trazer à pauta uma questão social de enorme repercussão social – permite que os sentidos construídos nesse espaço discursivo sejam tensionados. O espaço jornalístico da entrevista “dá lugar a um efeito de verdade que funciona na cena” (CASSANA, 2018, p. 57). Assim, a propagação do discurso político só é possível através do discurso jornalístico e das condições de produção jornalísticas, ou seja, das “determinações que caracterizam um processo discursivo” (Fuchs e Pêcheux, 2010 [1969], p. 182). Logo, para efetuarmos nossa análise, devemos compreender quais sentidos são evidenciados e quais elementos de ordem do imaginário e da ideologia incidem no discurso político.

Para Mariani, o discurso jornalístico está relacionado a “práticas de memória, em que a memória aparece como uma reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização, na história de uma formação ou grupo social” (Mariani, 1998, p. 34). Essa reatualização a qual a autora se refere indica que a memória funciona no discurso jornalístico como um processo que pode ser cristalizado.

A autora também afirma que:

cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado (Mariani, 1998, p. 63)

Dessa forma, o discurso jornalístico teria a função de discursivizar um acontecimento. Por isso, Silva relaciona esse discurso à noção de “acontecimento jornalístico”, o qual a autora afirma que “[...] consiste em uma construção do jornalismo, enquanto uma prática discursiva da/na mídia” (2015, p. 222). Conforme a autora, tais práticas instauram

discursividades e “atualizam e retomam sentidos em curso, em dado momento histórico” (2015, p. 224).

Baseados na autora, compreendemos que a entrevista jornalística pode ser de ordem atemporal (uma entrevista com um sujeito sobre sua trajetória profissional, por exemplo) ou marcar, de forma mais nítida, o laço com a historicidade: determinado sujeito vai a público falar sobre um determinado acontecimento que impactará uma sociedade. A entrevista adquire esse caráter de não apenas instaurar a discursividade, mas marcar um determinado posicionamento.

Assim, entendemos que, conforme o corpus analisado, as condições em que o discurso jornalístico produz sentidos são mais ou menos porosas. A memória pode adquirir um estatuto de flutuação de sentidos ainda maior, já que os dizeres estão sendo ressignificados a todo o instante, afetados pelas mudanças de ordem ideológica. No entanto, ao mesmo tempo, entendemos que muitos sentidos podem também passar a ser cristalizados, pela resistência às novas significações.

Analisar como os sentidos estão sendo discursivizados pelo discurso político, nas condições de produção da entrevista jornalística, revela não apenas sentidos/sintomas do nosso tempo, mas como esses sentidos serão inscritos historicamente. Pretendemos, então, compreender como os saberes circulam, quais sentidos são cristalizados e quais são ressignificados. Entendemos que, nesse processo, estão em jogo sentidos pré-construídos que são linearizados pelo sujeito como se fossem o único sentido possível.

No processo discursivo, é necessário lembrar as imagens que os interlocutores têm – de si e do outro – incidem no discurso. Esse jogo de imagens, denominado por Pêcheux como “formações imaginárias” (Pêcheux, 2010 [1969], p 82), representa a imagem que o falante possui dele mesmo, a imagem que o falante tem do ouvinte, a imagem que o ouvinte faz dele mesmo e a imagem que o ouvinte tem do falante. Tais relações são substancialmente constituídas pelo já-dito, isto é, os enunciados que se incorporam ao discurso, possibilitando a percepção de traços de outros discursos que permanecem sendo ressignificados.

Consideramos essa noção fundamental, já que na entrevista jornalística, o sujeito entrevistado, nesse caso, o sujeito-deputado autor do PL 1904/24, recorre a sentidos construídos em outras formações discursivas (em especial à ideologia jurídica e à ideologia médica) para construir seu discurso, com a pretensão de, através de sentidos da ordem e da lei, relegar à mulher o lugar de um sujeito que cometeu um crime. Ao mesmo tempo, esse discurso deixa entrever uma mulher destituída de sua posição como sujeito de direito, como uma mulher “separada” de seu corpo.

Assim, o corpo da mulher é tratado pelo discurso político atravessado por significantes ideológicos pré-construídos em outros lugares, reverberando sentidos outros. Conforme Leandro-Ferreira, “o corpo surge estreitamente relacionado a novas formas de assujeitamento e, portanto, associado à noção de ideologia” (2013, p. 78). Essa afirmação demonstra o quanto os saberes sobre o corpo são dependentes de outras formações discursivas. Nesse cenário, quando o corpo da mulher é submetido a esse jogo de forças, e as condições de produção estabelecidas pelo discurso jornalístico podem atuar na transformação ou na repetição dos sentidos.

Quando o discurso sobre o corpo da mulher passa a ser associado a determinados sentidos advindos do discurso e do discurso jurídico, poderá haver um apagamento dessa mulher enquanto sujeito. Ao ser reduzida a esse lugar, os sentidos sobre o corpo se entrelaçam: o discurso médico e o jurídico fornecem as evidências de sentido para que a mulher seja punida.

Devemos recordar da proposição pecheuxiana de que não há discurso sem sujeito. Dessa forma, a categoria de sujeito – aprofundada e atravessada pelos efeitos da psicanálise lacaniana, a partir das obras de Michel Pêcheux produzidas em 1975 – fornece pistas sobre a relação entre sujeito e o tempo presente, ao relacionar a categoria de sujeito às noções de história, memória e ideologia.

Como um elemento articulador dessa teia de noções, o conceito de pré-construído guiará nossa análise, para que vejamos como a exterioridade incide no discurso analisado. Segundo Pêcheux, o pré-construído “dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência” (2012[1975], p. 101). Ou seja, podemos pensar que o pré-construído carrega um sentido que foi constituído em outro lugar, de modo que ele funcione como uma evidência no discurso.

É por isso que o autor ainda também afirma que o pré-construído

remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’ (Pêcheux, 2012[1975], p. 158-9).

Maldidier diz que o pré-construído é “este traço, no próprio discurso, de discursos anteriores que fornecem como que a ‘matéria prima’ da formação discursiva, à qual se cola, para o sujeito, um efeito de evidência” (2003, p. 39-40). O discurso político, ao recortar de outras FD as “evidências” de sentido, constrói-se em relação ao campo ideológico de que faz

parte, na tentativa – de ordem do inconsciente e da ideologia – de produzir efeitos de adesão aos sentidos que circulam. É importante lembrar que há outros sujeitos implicados a esse processo: aqueles que assistem à entrevista são mais do que sujeitos telespectadores. Poderão, também, estar na posição de sujeitos-eleitores.

Ao discursivizar determinados sentidos e não outros, o discurso do sujeito mascara aspectos da violência sobre os corpos das mulheres. Sobre essa questão, compreendemos, conforme Bocchi, que:

o corpo passa a ser, nestas formulações, o suporte de textualização de curtos relatos que produzem um efeito de síntese do evento traumático [...]. Ao incorporar o relato verbal de violência, a inscrição textual aliena o sujeito de seu corpo, introduzindo nele a fissura da diferença escritural. Isso porque a inserção da letra no corpo do sujeito marca esse corpo como irremediavelmente inscrito no simbólico, constituindo-o, portanto, na relação com o imaginário e o real (Bocchi, 2017, p. 1810).

Ainda que a autora esteja se referindo à violência obstétrica, interessa-nos esse olhar sobre o corpo como suporte de textualização. Entendemos que o discurso político pode apagar ou circunscrever tais marcas discursivas, tratando o corpo da mulher como um corpo objetificado, alijado de subjetividade. Nas condições de produção jornalísticas, esses sentidos são reverberados.

Entendemos, assim, que a AD é campo fértil para pensarmos essas questões, uma vez que é na língua que a ideologia se materializa (Orlandi, 2012, p. 38). Por isso, consideramos as práticas discursivas elaboradas no discurso jornalístico devem ser construídas e significadas em relação à memória e à ideologia, conceitos tão caros ao campo da AD.

Composição e análise do corpus

A composição do corpus em Análise de Discurso é sempre um tema bastante particular, que deve ser considerado em relação ao estudo que está sendo desenvolvido e ao batimento entre as noções teóricas. Para isso, pontos de aproximação entre as noções de arquivo, corpus e sequências discursivas devem ser levados em consideração para que se faça a apresentação e o mapeamento dos elementos que serão analisados a seguir.

Pêcheux apresenta a noção de arquivo, de forma ampla, como “um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (2010, p. 51). O autor chama a atenção para o gesto de leitura empreendido na construção do arquivo, constituindo “um

espaço polêmico das maneiras de ler” (ibidem). Nessas condições, o autor assinala que “a relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura do arquivo” (Pêcheux, 2010, p. 58).

A partir da questão central ocupada pela noção de arquivo, pontuamos a distinção realizada por Courtine (2009) entre a noção de corpus experimental e corpus de arquivo. Para o autor, a noção de corpus experimental tem a ver com a “produção de sequências discursivas por locutores colocados em uma situação experimental definida” (2009, p. 77). Já o corpus de arquivo seria “constituído por materiais preexistentes” (2009, p. 77).

As noções teóricas delineadas pelos autores auxiliam ao traçado do nosso trabalho teórico-metodológico, em que mobilizaremos um arquivo que se refere às notícias sobre o PL 1904/24. Nesse universo das notícias, consideramos a entrevista como um discurso jornalístico, já que ela circula nesse espaço. Dessa forma, faremos um recorte em nosso arquivo, considerando que à Análise de Discurso não interessa a “exaustividade horizontal” (Orlandi, 2012, p. 62), já que o arquivo é inesgotável. Interessa-nos fazer o recorte de algumas sequências discursivas em nosso corpus, percebendo e confrontando regularidades e dissonâncias.

A reportagem completa⁵, em formato de vídeo, tem 13 minutos e 46 segundos. Foi ao ar como reportagem especial, ao encerrar da edição de domingo, 16 de junho de 2024. Além do deputado, são entrevistadas a avó de uma menina estuprada aos 10 anos de idade, um caso amplamente divulgado e alvo de violência extrema por diversos setores da sociedade no ano de 2020, e sua advogada; um médico responsável pela assistência de mulheres em casos de necessidade de aborto previstas em lei; a presidente do Instituto Liberta (de enfrentamento à violência sexual). Ainda são incluídas as falas do presidente do Câmara e do Congresso e do Executivo, bem como a posição de alguns artistas em redes sociais. Após, apresenta a entrevista com o autor do projeto, a qual dedicaremos a análise a seguir. Para finalizar, apresenta uma nota da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e uma manifestação da primeira-dama do país. A reportagem termina com as falas da presidente do Instituto e do médico, já apresentados no início da matéria.

Nas sequências discursivas selecionadas abaixo, concentraremos nossas análises apenas na entrevista jornalística concedida pelo autor do projeto. Nossa análise pretende

⁵ A reportagem completa pode ser acessada pelo link https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/06/16/pl-sobre-aborto-em-tramitacao-acelerada-na-camara-provoca-debate-intenso-e-divide-opinioes.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1. Acesso em 21 jun. 2024.

investigar como os sentidos sobre mulher, corpo e violência são inscritos no discurso político e circulam através do discurso jornalístico. Para fins de organização do corpus, definimos um recorte relativo às respostas do sujeito-deputado às perguntas efetuadas pela entrevistadora.

Apresentaremos a fala da apresentadora como recurso de contextualização, de forma que o leitor possa perceber a relação entre pergunta e resposta e observar a forma como o sujeito-deputado reage à pergunta efetuada. Não consideraremos, para fim de análise, as perguntas efetuadas pela apresentadora.

No entanto, entendemos que o jogo entre a pergunta da apresentadora e a resposta do entrevistado é o que fundamenta a trama em que esse discurso se torna possível na cena discursiva. É notável que as palavras da entrevistadora atuam como uma espécie de rede de sentidos que retoma uma memória, alinhando as palavras do entrevistado às condições sócio-históricas pelas quais passa o Brasil. A esse respeito, veremos que a entrevistadora trará, ao fio do dizer, assuntos recentes da história do país para que o entrevistado possa se posicionar discursivamente. Portanto, percebemos a relevância do programa de televisão para o discurso jornalístico no Brasil, fazendo com que essa entrevista represente um acontecimento.

Nas sequências discursivas selecionadas, apresentaremos, entre colchetes, a pergunta da apresentadora de modo a estabelecer as condições de produção em que o discurso do sujeito-deputado se constituiu. Destacaremos (1) o modo como o discurso sobre a violência contra a mulher está sendo construído, levando em consideração como determinados significantes estão sendo predicados e (2) o modo como o corpo da mulher é referenciado pelo sujeito-deputado. Assim, questionamo-nos como a língua se (de)marca no processo discursivo efetuado pelo discurso jornalístico. Nas sequências a seguir, mostraremos alguns elementos que dizem respeito a essa inquietação.

Em nossas análises, demonstraremos que ocorre, por parte do discurso do sujeito-deputado, um gesto de naturalização dos sentidos, através do uso da 3ª pessoa do singular do verbo ser. Além disso, outras organizações sintáticas semelhantes inserem, no discurso, elementos de ordem do pré-construído que transparecem no dizer como se fossem naturalizados.

Passemos à análise:

SD1 - [Apresentadora: O Fantástico veio conversar neste domingo com o deputado federal Sóstenes Cavalcante, do PL do Rio de Janeiro, ele é autor do Projeto de Lei 1904/24. Deputado, por que tramitar esse projeto em

regime de urgência? Por que não fazer o caminho tradicional, passando pelas comissões?]

Na verdade, o projeto é uma reação à ação do PSOL junto ao Supremo Tribunal Federal com a DPF pedindo a sustação de um ato do Conselho Federal de Medicina e o ministro Alexandre de Moraes deu liminarmente essa sustação. A assistolia é um procedimento médico que coloca uma injeção no coração do bebê e ele tem um infarto fulminante. Nós estamos tratando aqui não de embriões no primeiro no segundo mês, nós estamos tratando de vidas com cinco meses e duas semanas, são as 22 semanas.

Nesta SD1, vemos que o sujeito inicia sua fala através de um sentido de retificação em relação às palavras da apresentadora. Percebemos que o sujeito não necessariamente responde à pergunta feita, apresentando um discurso que deriva para o campo político-partidário. Ao utilizar a expressão “na verdade”, o sujeito redireciona os dizeres, trazendo à memória outros matizes, como a citação de um partido político de oposição. O sujeito atua como se detivesse o sentido “possível” sobre o tema, acobertando o fato de que, no cenário político da formação social brasileira, vivemos em uma política de retrocesso em relação aos direitos das mulheres.

Na memória do dizer, outros elementos são recuperados: o ato do Conselho Federal de Medicina diz respeito à proibição da utilização do método de assistolia fetal, por médicos, em casos de aborto decorrente de estupro, 22 semanas depois de a mulher ter sido violentada⁶. Esse é um dado importante porque também lemos, nessa sequência, a adesão ao discurso médico: “nós estamos tratando de vidas”. O pronome “nós” indica que esse sujeito não fala de um lugar isolado, mas, retoma uma memória salvacionista, que faz coro ao conservadorismo.

Ao dizer “o projeto é”, o sujeito apresenta tal sentido como único possível: já há uma definição de ordem ideológica que é apagada pelo sujeito sob a forma da designação. Ou seja, quando se diz que determinado elemento “é”, apagam-se possibilidades outras, outros sentidos. O sujeito rearranja esses elementos de modo a constituí-los como legítimos em seu discurso. É como se essa definição estivesse sempre-já-aí e o sujeito apenas retomasse tal sentido, dando-o como evidente, como verdadeiro.

O enunciado seguinte também inicia sob a forma de uma definição, trazida de uma FD médica. O sujeito-deputado diz “a assistolia é”, ou seja, através das suas palavras, o sujeito delinea discurso médico, trazendo-o como uma verdade. Ao trazer tais elementos à linearidade, o sujeito produz um efeito de verdade e legitimidade à entrevista, fazendo que os saberes circulem sob a forma da verdade sobre o corpo conferida ao discurso médico.

⁶ Conforme nota do Supremo Tribunal Federal, a decisão do CFM é irregular. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=537717&ori=1>. Acesso em 3 ago. 2024.

SD2 - [Apresentadora: O PL cita, por exemplo, o caso da menina de 10 anos lá do Espírito Santo que foi violentada pelo tio em 2020. Ela teria ou não direito ao aborto, na sua opinião?]

Ela é inimputável, quem disse isso é a lei brasileira. Ela jamais seria punida por isso. Aqui, *este projeto é tão light*, que só pune depois de cinco meses e meio de gestação, *que é uma vida*, segundo a OMS e segundo o Conselho Federal de Medicina. Eu estou preocupado com este bebê e, lógico, esta menina jamais seria imputável, porque quem garante isso é o Código Penal Brasileiro.

Na SD2, permanecem os sentidos de definição. Desta vez, o discurso do sujeito recorre à FD jurídica. Ao dizer “ela é inimputável”, o sujeito recorta saberes de outro campo ideológico, fazendo-os funcionar no discurso político. Já a expressão articuladora de sentido “que é uma vida” funciona como o “acobertamento lógico da descontinuidade” (Pêcheux, 2012[1975], p. 114), uma vez que simula, no discurso desse sujeito, sob a forma de uma pretensa transparência de sentido, a sua verdade como universal. Esse enunciado funciona também como estivesse no sempre-já-aí, como se fosse naturalizado, e, por isso, aceito sem questionamentos.

Uma outra definição transparece no enunciado “este projeto é tão *light*”. A escolha pelo vocábulo em língua estrangeira pode estar relacionada à recorrência no vocabulário do português brasileiro. No entanto, uma análise mais aprofundada nos leva a crer que a discursivização desse termo pode mascarar o significado do projeto, especialmente para as mulheres. O sentido é dado pela formação discursiva. Ao contrário de um vocábulo em língua portuguesa na posição de predicado, que teria a função de dizer algo sobre o sujeito, o vocábulo em língua estrangeira produz um estranhamento, um confronto do sujeito com a língua. Como dizer algo a respeito desse projeto, se não se encontra um predicado na própria língua do sujeito?

Podemos nos perguntar para quem esse projeto é “light”? A relação estabelecida entre o adjetivo “light” (ou seja, aquilo que é leve, trivial, fácil) com o advérbio “só” demonstra que o corpo é tomado como um instrumento, de reprodução e de punição, desatrelado da mulher como sujeito. A repetição desse elemento, na SD4, ajudará a retomar essa questão.

SD3 - [Apresentadora: O senhor concordaria em mexer no texto até a votação mérito para não alterar o que é permitido hoje e garantido por lei?]

É natural que ao longo da construção de um Projeto de Lei na Câmara existam ajustes. Eu não gostaria e não vou aceitar que exista ajuste para

minimizar o que a gente está fazendo. Agora, para aumentar, por exemplo, se a relatora, ao ser nomeada, quiser inserir pena maior para o estupro, eu apoio e incentivo enormemente. Agora, *o cerne do projeto, a defesa do bebê indefeso de cinco meses e meio, eu não vou abrir mão em nenhum ponto.*

Ainda que não ocorra uma definição nos mesmos moldes que as SD1 e SD2, chama-nos a atenção, na SD3, a expressão “é natural que”. A forma como essa expressão incide na linearidade também expressa um elemento da exterioridade que passa a compor o processo discursivo. Devemos pensar em que condições de produção *é natural que* haja um projeto de lei para criminalizar uma mulher por uma violência sofrida? Notemos que o sujeito mascara essa referência, falando “apenas” sobre o projeto, como se a vida da mulher equivalesse ao texto em que determinados ajustes podem ser feitos.

Pêcheux afirma que esse tipo de enunciado diz respeito a um “discurso refletido”, um discurso que fornece uma “identificação do sujeito com o universal” (2012[1975], p. 123). Dessa forma, o enunciado é construído como se houvesse uma garantia de que os termos são claros (a transparência do dizer) e que não há nenhum jogo de força do ponto de vista ideológico: há uma simulação de que esse dizer produz os mesmos efeitos de sentido para todos.

Além disso, percebemos que o enunciado “o cerne do projeto, a defesa do bebê indefeso de cinco meses e meio, eu não vou abrir mão em nenhum ponto” pode ter a seguinte paráfrase “eu não vou abrir mão em nenhum ponto do cerne do projeto, que é a defesa do bebê indefeso de cinco meses e meio”. Esse enunciado funciona como uma “evocação lateral” (Pêcheux, 2012[1975], p. 101), ou seja, a memória que persiste na linearidade do dizer: esse é o elemento central da defesa desse sujeito, que, novamente, apaga a mulher de sua posição subjetiva.

SD4 - [Apresentadora: Tirar a pena da vítima, o senhor não abre mão?]
 Não, porque essa pena quem vai decidir é o juiz, a seu critério. Já está excetuado no parágrafo único, que o juiz inclusive pode não aplicar pena, se ele entender assim. *O projeto é muito light. O projeto não é radical como as abortistas e as feministas estão querendo colocá-lo.*

Na SD 4, a apresentadora repete as últimas palavras do discurso do sujeito-deputado, usando, novamente, a expressão “abrir mão”. Ainda que o sujeito responda categoricamente à pergunta, imediatamente se posiciona de maneira a isentar-se de sua responsabilidade, como autor do projeto, trazendo ao seu discurso, os aspectos relativos à FD jurídica.

No entanto, novamente o sujeito-deputado recorre ao sentido de que o projeto é “*light*”, ou seja, retoma os sentidos já discursivizados anteriormente para ratificar sua ideia de que o projeto seria leve, seria pouco danoso às mulheres. Ao retomarmos esse significante, recuperamos a memória de que, para o sujeito, a mulher não pode ser considerada. Além disso, usando o significante em língua estrangeira parece encobrir o sentido: não há palavras, na nossa língua, que sejam capazes de produzir em efeito positivo à designação analisada.

Ao dizer que o projeto “não é radical, como as feministas e abortistas estão querendo colocar”, o sujeito tenta (re)estabelecer uma memória binarista, de “eu” *versus* “outro”. Assim, tenta estabelecer uma diferença entre ele e as mulheres que defendem a manutenção e ampliação dos direitos femininos, como se suas posições fossem extremas, buscando acobertar ideologicamente a violência contra as mulheres. Esse se constitui como o enunciado final da entrevista. O recorte, produzido no âmbito do discurso jornalístico, parece chamar a atenção para essa colocação do sujeito: uma posição preservada durante toda a análise, ou seja, uma posição contrária às mulheres.

Considerações finais

O discurso político analisado mostra um recorte de um acontecimento histórico que marca a formação social brasileira na atualidade, dizendo respeito, portanto, ao que Silva entende como acontecimento jornalístico. Nas condições de produção jornalísticas, espaço privilegiado para o exercício da democracia e do direito de expressão, esse discurso misógino é ampliado. É importante mencionar que, programa, a entrevista jornalística se encerra com as palavras do sujeito-deputado. Ainda que a edição tenha trazido à pauta outros posicionamentos, divergentes do sujeito-deputado, a entrevista termina exatamente no ponto descrito na SD4.

Os efeitos políticos desse projeto são difusos, já que o referido PL ainda está em discussão. No entanto, na análise discursiva efetuada, tivemos a intenção de demonstrar que o sujeito-deputado discursiviza elementos de outras formações discursivas para sustentar seu dizer. Ao predicar os enunciados, como mostram as construções selecionadas para análise, vemos que o sujeito faz parecer que seu discurso não é uma manifestação da violência contra

mulheres e seus corpos, mas, sim, uma defesa da vida. Esse princípio passa a produzir um sintoma na formação social brasileira e pode gerar graves efeitos à luta das mulheres.

Referências

- BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. Posições subjetivas em face da violência: traços constitutivos de memória em testemunhos de mulheres. In: Fórum linguístico. Florianópolis, vol. 14, n. 1, p. 1808-1822, jan-mar, 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.904, de 17 de maio de 2024. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2425262&filename=PL%201904/2024. Acesso em: 30 jul. 2024.
- CASSANA, Mônica Ferreira. Corpo e(m) discurso: ressignificando a transexualidade. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.
- COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Vanice Sargentini (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.
- FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 2010, p. 159-250.
- MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, Bethânia. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- MARIANI, Bethânia. O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP. Campinas/SP, 1996.
- ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 10ª ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1969]. p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 [1983].
- PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da análise de discurso (1981). In: COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Vanice Sargentini (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. Gestos de leitura: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al.]. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 49-60.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009 [1975].

SILVA, Silmara Dela. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: BENEDETTO, G.G; MAFFI, N. R. M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.) Análise de discurso em rede: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 213-132